

NANCY FRASER & RAHEL JAEggi

CAPITALISMO EM DEBATE

UMA CONVERSA NA TEORIA CRÍTICA

EDIÇÃO BRIAN MILSTEIN

TRADUÇÃO NATHALIE BRESSIANI



© desta edição, Boitempo, 2020
© Nancy Fraser e Rahel Jaeggi, 2018

Título original: *Capitalism: A Conversation in Critical Theory*
Originalmente publicado por Polity Press, 2018.

Todos os direitos reservados.

Direção geral Ivana Jinkings
Edição Isabella Marcatti
Assistência editorial Andréa Bruno e Pedro Davoglio
Tradução Nathalie Bressiani
Preparação Frederico Hartje
Revisão Thais Rimkus
Coordenação de produção Livia Campos
Capa Maikon Nery
Diagramação Antonio Kehl

Equipe de apoio: Artur Renzo, Carolina Mercês, Clarissa Bongiovanni, Débora Rodrigues, Dharla Soares, Elaine Ramos, Frederico Indiani, Heleni Andrade, Higor Alves, Ivam Oliveira, Joanes Sales, Kim Doria, Luciana Capelli, Marina Valeriano, Marlene Baptista, Maurício Barbosa, Raí Alves, Talita Lima, Tulio Candiottto

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

F92c

Fraser, Nancy, 1947-

Capitalismo em debate [recurso eletrônico] : uma conversa na teoria crítica / Nancy Fraser, Rahel Jaeggi ; tradução Nathalie Bressiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2020.
recurso digital

Tradução de: Capitalism : a conversation in critical theory

Formato: epub

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: world wide web

Inclui índice

ISBN 978-85-7559-752-1 (recurso eletrônico)

1. Capitalismo - História. 2. Capital (Economia). 3. Teoria crítica. 4. Livros eletrônicos. I. Jaeggi, Rahel. II. Bressiani, Nathalie. III. Título.

20-62551

CDD: 330.122

CDU: 330.342.114

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: janeiro de 2020

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel.: (11) 3875-7250 | 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br

www.blogdaboitempo.com.br | www.facebook.com/boitempo

www.twitter.com/editoraboitempo | www.youtube.com/tvboitempo

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	13
I. CONCEITUALIZANDO O CAPITALISMO	27
II. HISTORICIZANDO O CAPITALISMO	79
III. CRITICANDO O CAPITALISMO	135
IV. CONTESTANDO O CAPITALISMO	185
ÍNDICE REMISSIVO	243
SOBRE AS AUTORAS	251

IV

CONTESTANDO O CAPITALISMO

LUTAS DE CLASSE E LUTAS DE FRONTEIRA

Rahel Jaeggi: Vamos conversar sobre as consequências de nossa visão mais ampla do capitalismo no que concerne à questão das lutas sociais. A ideia marxista tradicional era que, na sociedade capitalista, a *luta de classes* era a forma de conflito mais característica e potencialmente emancipatória. Essa ideia estava baseada numa concepção da história e de como o capitalismo organizava. Você argumentou que hoje somos confrontados com *lutas de fronteira*, uma visão que decorre de sua concepção mais ampla do capitalismo como ordem social institucionalizada. De que maneira lutas de fronteira se relacionam com a ideia de luta de classes?

Nancy Fraser: É verdade que minha visão do capitalismo implica uma concepção de luta social diferente daquela que é amplamente associada ao marxismo. Ao conceber o capitalismo como algo mais abrangente do que um sistema econômico, essa concepção torna visível e inteligível um espectro mais amplo de contestação social do que os paradigmas ortodoxos. Deixe-me mencionar três modos específicos em que a visão do capitalismo como ordem social institucionalizada enriquece nossa compreensão da luta social.

Primeiro, essa visão revela quais são, na sociedade capitalista, as bases estruturais dos eixos de dominação que não o da classe. Vimos, por exemplo, que a dominação de gênero está inscrita na separação institucional entre produção e reprodução, bem como que a dominação nos eixos de raça, nacionalidade e cidadania está inscrita em suas separações entre exploração e expropriação e entre centro e periferia. Isso ajuda a explicar por que as lutas em torno desses eixos surgem muitas vezes no curso do desenvolvimento capitalista. Isso só pode aparecer como um mistério para

abordagens que equiparam o capitalismo a sua economia oficial e identificam sua injustiça primária com a exploração do trabalho assalariado pelo capital. O mistério se dissolve, porém, quando o capitalismo é visto como ordem social institucionalizada fundamentada em divisões entre primeiro plano/plano de fundo. Vistas desse modo, as lutas contra o racismo, o imperialismo e o sexismo respondem a formas de dominação tão reais, injustas e profundamente arraigadas na sociedade capitalista quanto aquelas que dão origem às lutas de classe. Respostas perfeitamente inteligíveis a danos estruturais, elas não são expressões de “contradições secundárias” nem corporificações da “falsa consciência”. Então, esse é o primeiro modo pelo qual minha perspectiva expande nossa caracterização da luta social na sociedade capitalista, isto é, revela a importância de lutas em torno dos eixos de dominação que não o da classe.

Essa ideia, contudo, se torna mais complexa por uma segunda, que coloca em dúvida a definição padrão de “luta de classes”. Para marxistas ortodoxos, essa luta está centrada no conflito entre trabalho e capital, em que o trabalho é reduzido ao trabalho assalariado, sobretudo nas dependências de fábricas industriais. Aqueles que fazem esse trabalho aparecem, assim como os capitalistas que os empregam, como protagonistas paradigmáticos da luta de classes. O lugar icônico dessa luta é “o ponto da produção”, em que os dois lados se encontram face a face. Acredita-se que as lutas originadas ali nutram a mais avançada consciência de classe e sejam as que têm mais chances de se tornar revolucionárias. Em tese, elas representam o mais profundo desafio ao capitalismo e têm o maior potencial de transformação social emancipatória.

Tomo essa visão da luta de classes como problemática, porque exclui as lutas em torno do trabalho não assalariado e expropriado. As últimas não são consideradas lutas de classes, assim como aqueles que desempenham tal trabalho não são tidos como “trabalhadores”. A meu ver, em contraposição, aos “terrenos ocultos” que dão sustentação ao trabalho assalariado são domínios de trabalho socialmente necessário, ao mesmo tempo que as pessoas sem posses empregadas nesses domínios são “trabalhadores” cujas lutas deveriam ser consideradas como lutas de classe. Isso vale para aqueles que repõem e reproduzem a força de trabalho da qual a exploração depende, para aqueles que cultivam recursos confiscados e direcionados para a acumulação e para aqueles que sustentam habitats e naturezas históricas dos quais depende a produção de mercadorias. De fato, suas lutas muitas vezes ocorrem longe do ponto da produção e são tipicamente moldadas por outros eixos de dominação, incluindo gênero e raça. No entanto, frequentemente são dirigidas contra parcelas da classe capitalista e de seus agentes políticos e dizem respeito a processos que contribuem, ao menos de forma indireta, para a acumulação do mais-valor. Concebido de forma ampla, o capitalismo abarca uma visão expandida da “classe trabalhadora” e uma compreensão alargada de “luta de classes”.

Minha visão também alarga, de um terceiro modo, nossa visão da luta de classes na sociedade capitalista. Inspirada em parte pelo pensamento de Polanyi, ela trata

as fronteiras institucionais constitutivas do capitalismo como prováveis lugares e temas de luta. O que denominei de “lutas de fronteira” não emerge de “dentro” da economia, mas nos pontos em que a produção encontra a reprodução, a economia encontra a política e a sociedade humana encontra a natureza não humana. Como focos de contradição e potencial crise, essas fronteiras são tanto lugares como temas de lutas; são, ao mesmo tempo, localizações onde o conflito emerge e objetos de contestação. Não é surpresa, então, que lutas em torno da natureza, da reprodução social e do poder público surjam tão regularmente no curso do desenvolvimento capitalista. Longe de serem um constrangimento teórico, estão ancoradas na estrutura institucional da sociedade capitalista – tão profundamente ancoradas quanto as lutas de classe em sentido limitado, de modo que não podem ser negligenciadas como secundárias ou superestruturais.

Em todos esses três aspectos, portanto, uma visão expandida do capitalismo implica uma visão expandida da luta social na sociedade capitalista. Esse ponto tem uma importância prática muito grande. Por um lado, devemos esperar encontrar formas múltiplas de conflitos sociais estruturalmente ancorados que representam, ao menos em princípio, respostas pertinentes à crise do capitalismo e são potenciais fontes de transformação. Por outro lado, as lutas em questão são heterogêneas e não se harmonizam nem convergem automaticamente numa trajetória única, como a luta de classes supostamente faria na visão ortodoxa. Falando de um ponto de vista prático, portanto, minha visão do capitalismo oferece perspectivas expandidas e desafios intensificados.

Jaeggi: O conceito de “lutas de fronteira” me parece produtivo, e considero fascinante todo esse quadro que você apresenta. Ainda estou tentando entender, entretanto, se ele corresponde a uma *adição* à ou a uma *substituição da* luta de classes. Certas vertentes na primeira teoria crítica sugeriram essa última noção – desistindo, por assim dizer, do proletariado como motor da história –, embora tenha permanecido em aberto quem tomaria seu lugar. (Marcuse, com seu foco nas novas necessidades e nos grupos marginalizados, era o único que tinha em mente um novo sujeito revolucionário.)¹ De qualquer modo, é claro que você não é favorável a esse gesto. Então, qual é a relação entre lutas de fronteira e luta de classes em sua concepção? Seria a luta de classes uma forma de luta de fronteira? Seriam as lutas de fronteira um tipo de luta de classes?

Fraser: Segue-se daquilo que eu disse, que as lutas de fronteira não são nem adições nem substituições das lutas de classe em sentido limitado. Pelo contrário, esse conceito pertence ao mesmo quadro conceitual que a visão expandida da luta de classes

¹ Herbert Marcuse, *An Essay on Liberation* (Boston, Beacon, 2000 [1969]).

que esbocei há pouco, que também abarca lutas em torno do trabalho não assalariado e expropriado, incluindo a reprodução social, e em torno das condições naturais e políticas que lhe dão sustentação. Lutas de fronteira se sobrepõem e se entrelaçam com as lutas de classe nesse sentido expandido, assim como se sobrepõem e se entrelaçam com lutas de gênero e com lutas em torno da opressão racial e da predação imperial. Na verdade, eu diria que a distinção é, em grande medida, uma questão de perspectiva. Usar a expressão “lutas de fronteira” é enfatizar como o conflito social se centra em (e contesta as) separações institucionais do capitalismo. Utilizar o conceito (expandido) de luta de classes é, por contraste, enfatizar as divisões de grupo e as assimetrias de poder correlatas a essas separações. Em muitos casos, senão em todos, uma mesma luta social pode ser vista produtivamente das duas perspectivas. Na verdade, eu diria que, em tais casos, ela *deveria* ser vista das duas perspectivas. Vê-la exclusivamente pelas lentes da classe (ou mesmo das de gênero ou de raça) é não enxergar as características estruturais-institucionais subjacentes das sociedades capitalistas, com as quais a dominação está entrelaçada e por meio das quais é organizada. Mas o inverso também é verdadeiro. Ver tal luta apenas da perspectiva de fronteira é não enxergar as linhas sociais problemáticas e as relações de dominação originadas por essas divisões institucionais.

Ou seja, a distinção entre lutas de classe e lutas de fronteira é analítica. No mundo real, muitos conflitos sociais contêm elementos de ambas. Para compreendê-las adequadamente, teóricos críticos têm de levar as duas perspectivas em conta, perguntando-se se as duas divisões, fronteira e classe (ou gênero ou raça), estão operando. Em caso afirmativo, os participantes reconhecem e tematizam os dois aspectos? Ou se concentram exclusivamente em um – enfatizando, por exemplo, os elementos de classe (ou de gênero ou de raça) e passando por cima dos de fronteira, ou vice-versa? Esses dois elementos estão em tensão um com o outro, ou estão harmonizados? Quando olhamos para as lutas desse modo biperspectivo, ganhamos acesso a todo um novo conjunto de questões, que nos permitem examinar “as lutas e os desejos de nossa época” de modo mais profundo e crítico.

Vamos nos lembrar de nossa discussão, no Capítulo 2, sobre as lutas em torno da reprodução social. Lá, falamos da tendência da primeira industrialização capitalista de minar as possibilidades da vida familiar, da solução provisória oferecida pela social-democracia e do desdobramento desta no capitalismo financeirizado contemporâneo. Em cada estágio, a fronteira que divide a reprodução social da produção econômica emergiu como o principal local e como tema central da luta social. A contestação, em cada fase, se encaixa diretamente na categoria de lutas de fronteira. Contudo, essas lutas se interseccionam com e são sobredeterminadas pelas linhas divisórias de raça/etnia, gênero e classe, agora compreendidas em sentido mais amplo.

Esse é claramente o caso hoje. Na presente conjuntura, encontramos ao menos duas respostas distintas ao enfraquecimento da fronteira entre reprodução

social e produção econômica, empreendido pelo capitalismo financeirizado. De um dos lados do espectro, encontramos as respostas das classes pobres e trabalhadoras, que se viram o quanto podem para cuidar de suas famílias nos interstícios, enquanto trabalham longas horas em múltiplos McEmpregos mal remunerados. Alguns deles ingressaram em movimentos populistas que prometem protegê-los de uma máquina social que engole seu tempo, suas energias e sua capacidade de manter conexões sociais e de reproduzir uma vida comum que podem reconhecer como boa – ou mesmo como humana. Do outro lado, encontramos as respostas do estrato profissional-gerencial, que corporificam a variante afluyente da família com dois assalariados, na qual mulheres qualificadas seguem profissões que exigem muito, enquanto repassam seu tradicional trabalho de cuidado para imigrantes mal remuneradas ou minorias raciais/étnicas. O resultado, como eu disse, é uma organização dual da reprodução social: mercantilizada para quem pode pagar por ela e privada para quem não pode, com algumas pessoas no último grupo realizando-a para as do primeiro, por salários bastante baixos. Aquelas no polo de cima movem sua vida mais para o lado econômico da fronteira – o do trabalho remunerado –, ao passo que as no polo de baixo passam suas responsabilidades mais para redes de parentesco e comunitárias, ou seja, para o lado não remunerado. Nos dois polos, emergem lutas em torno de e nas fronteiras que separam sociedade, mercado e Estado. Essas lutas são sobredeterminadas por questões de classe. Sob as condições corretas, a dimensão de classe poderia se tornar explícita, revelando a imbricação de lutas de classe com lutas de fronteira. Em princípio, é assim que as coisas deveriam ser. Na verdade, eu diria que há algo errado se uma luta com uma clara dimensão de classe não for politizada nesses termos. Aspectos importantes da situação são distorcidos ou suprimidos se a dimensão de classe não se tornar explícita.

Jaeggi: Isso levanta a possibilidade de que movimentos sociais emergjam, mas não consigam lidar com esses tipos de tensão e contradição com um vocabulário adequado. Você diria que todos esses conflitos e todas essas contradições *têm de ser* expressados como lutas de classe para que sejam expressos de forma correta?

Fraser: Minha resposta é “sim” e “não”. Quando o elemento de classe das lutas é suprimido – digamos, por algo na cultura política predominante – e não se torna seu foco explícito, há algo errado. Entre outras coisas, isso abre a porta para bodes expiatórios e outras formas regressivas de expressão política. Ainda assim, não significa que toda luta social tenha de ser expressa *apenas* ou *acima de tudo* como uma luta de classes – ao menos não no sentido limitado e ortodoxo.

No exemplo que discutimos há pouco, o elemento de classe está profundamente entrelaçado com um forte componente de gênero. Como sabemos, a divisão

capitalista entre produção e reprodução é historicamente marcada por gênero, e as consequências negativas dessa divisão por gênero não desapareceram; pelo contrário, foram remodeladas em diferentes períodos da história do capitalismo. Essa divisão também é atravessada pelas dimensões de raça, etnia e nacionalidade, uma vez que são geralmente imigrantes e pessoas não brancas os sobrecarregados com o trabalho de cuidado precário e mal remunerado que, antes, era responsabilidade não remunerada da mulher branca de classe média. No entanto, dizer que o problema tem um elemento crucial de classe não significa voltar a uma visão excessivamente simplificada de que a classe é o problema “real”, enquanto raça e gênero são epifenômenos. Pelo contrário, eu insistiria também no inverso do que acabei de dizer sobre classe: quando as dimensões de gênero e as raciais/étnicas/nacionais são suprimidas, algo deu muito errado.

Jaeggi: Parece haver dimensões nas lutas de fronteira que não têm como ser abarcadas pelo vocabulário da classe, haja vista que não faria sentido traduzi-las como luta de classes.

Fraser: Bom, como eu disse há pouco, a dominação de gênero e a racial/étnica são tão difusas e arraigadas na sociedade capitalista quanto a de classe. Então, deveríamos expandir sua questão para abarcar também essas linhas sociais problemáticas. De qualquer modo, vou responder retornando à discussão do Capítulo 3 sobre a necessidade de integrar vários gêneros diferentes de crítica. A implicação lá era a de que havia razões múltiplas e sobredeterminadas para criticar as principais separações institucionalizadas do capitalismo, razões que corporificam todas as várias vertentes de crítica que discutimos naquele capítulo. Um dos motivos que sublinhei diz respeito diretamente à classe, ou seja, o capitalismo tem estruturas de dominação normativamente injustificáveis em torno de linhas de classe, mas também em torno de outros eixos que se cruzam: gênero, raça/etnia, nacionalidade. Essa era a crítica “moral” do capitalismo, que tem como alvo seu inerente caráter injusto ou incorreto. As outras duas razões que dei não dizem respeito diretamente à classe nem a quaisquer outras relações de dominação. Primeiro, o modo capitalista de organizar a vida social é inerentemente propenso à crise em várias dimensões: ecológica, econômica, política e social. Essa é a chamada crítica funcionalista. Segundo, o capitalismo sujeita todos, não apenas os dominados, à força cega e coercitiva da lei do valor, privando todos nós de nossa liberdade para organizar as atividades da vida e estabelecer conscientemente as conexões com as gerações passadas e futuras e com a natureza não humana. Essa é a crítica baseada na “liberdade”.

Como eu disse, nem a crítica funcionalista nem a calcada na liberdade dizem respeito explicitamente à classe – nem, no que se refere a isso, à raça e ao gênero. Crise e heteronomia afetam todos. Ainda assim, carregam dimensões de classe –

mas também de raça e gênero. A expressão mais aguda da crise recai de modo desproporcional sobre as classes pobres e trabalhadoras, em especial sobre mulheres e pessoas não brancas. Essas populações são as mais prejudicadas pela negação da autonomia coletiva. Isso sugere, para mim, que, embora as três críticas sejam analiticamente distintas, na realidade social, as condições visadas por elas estão inteiramente interligadas. Falando de um ponto de vista prático, a questão da injustiça de classe não pode ser de todo separada das questões da crise e da liberdade. Tudo precisa ser abordado junto, assim como os outros eixos de injustiça do capitalismo, incluindo gênero, raça/etnia e imperialismo.

Jaeggi: Nós duas rejeitamos uma concepção “essencialista” das fronteiras, por meio da qual algum critério dado, como “as condições da natureza humana”, poderia ser usado para ditar como as várias esferas devem ser separadas ou relacionadas uma a outra e para delimitar o domínio adequado de cada uma delas. No entanto, se rejeitamos a versão essencialista, isso não significa que mesmo uma “sociedade sem classes” (caso chegássemos a uma) ainda teria conflitos políticos legítimos em andamento a respeito das fronteiras? Esses conflitos podem ocorrer sob diferentes condições, mas parece que uma parte daquilo que significa viver numa sociedade democrática ainda seria ter de negociar e renegociar constantemente essas fronteiras, mesmo que os conflitos de classe tivessem sido resolvidos.

Fraser: Concordo que uma sociedade democrática e sem classes não seria uma sociedade sem tensões, desacordos ou conflitos. Eu acrescentaria que tal sociedade forneceria a seus integrantes muitas questões sobre as quais discordar – por exemplo, nossa relação com a natureza não humana, a organização do trabalho, sua relação com a família, com a vida em comunidade e com a organização política (local, nacional, regional e global). Na verdade, tais desacordos seriam explícitos do que são agora, porque esses assuntos seriam tratados como questões políticas, as quais seriam submetidas a resoluções democráticas, em vez de serem entregues de maneira furtiva ao capital e a “forças do mercado”, que são protegidos do enfrentamento por fronteiras preexistentes e não negociáveis. E esse é o ponto. A estrutura institucional do capitalismo remove todas essas questões da contestação e da resolução democráticas. Mesmo naquelas ocasiões em que ela nos permite abordá-las, os termos do debate são muito distorcidos, contaminados por todas as linhas problemáticas de dominação que discutimos, para não mencionar as esferas públicas dominadas por uma mídia empresarial que visa ao lucro e pela entrada do dinheiro privado nas eleições. Então, uma alternativa pós-capitalista não levaria à eliminação de tal contestação (e, de fato, não deveria eliminá-la!); provavelmente a ampliaria, porém garantiria termos muito mais adequados para processar e resolver desacordos.

Isso, claro, ainda deixa em aberto a questão acerca de como deveria ser uma alternativa pós-capitalista. Várias vezes se diz, e eu concordo, que a teoria crítica não pode decidir isso previamente. Muitas das características específicas de uma “boa sociedade” têm de ser deixadas para a imaginação e os desejos dos participantes. Ainda assim, algumas coisas estão claras. Primeiro, nenhuma “solução” aceitável pode vir pelas costas de qualquer estrato identificável da população, seja ele definido por classe, raça/etnia, gênero, seja por qualquer outra relação arraigada de dominação.

Segundo, a relação entre economia/política é particularmente crucial e tem de ser considerada com nuance e cuidado. Precisamos assumir a famosa crítica de Marx a respeito de como essa divisão opera para proteger o capital numa sociedade burguesa. Tenho em mente seu ensaio *Sobre a questão judaica*, no qual ele critica uma emancipação “meramente política” que expulsa todo o processo econômico dos âmbitos da vida política, enquanto apresenta a dominação resultante como “democrática”². Essa crítica é muitas vezes reduzida à ideia de que Marx não deu valor aos direitos burgueses e os negligenciou como sendo só outra camada de ideologia. Considero essa leitura redutora irritante, pois esse não era, de forma alguma, seu objetivo. Creio que se trate de uma crítica muito poderosa e reveladora, que tem de informar nossa teoria crítica da sociedade capitalista.

Apesar disso, nossa crítica também tem de ser informada por uma consideração contrária, que tiro da experiência do “socialismo realmente existente” de tipo soviético. Esses regimes tentaram simplesmente “liquidar” a divisão capitalista entre política e economia, estabelecendo economias de comando dirigidas pelo Partido-Estado, o que se provou desastroso em muitos sentidos. Podemos extrair daí a lição de que não há como viver com a forma capitalista da divisão entre política/economia que existe hoje, mas que também não há como viver a liquidando por completo. Temos de considerar alternativas aos dois extremos – por exemplo, planejamento democrático, orçamento participativo ou socialismo de mercado, combinando formas “políticas” e “econômicas” de coordenação. Lembro-me de um ensaio brilhante de Diane Elson, de 1988, que esboçava algumas ideias bastante interessantes sobre isso³.

A esquerda tem de dedicar muito mais atenção a essas questões, e o mesmo é verdadeiro para temas paralelos que concernem à divisão entre produção/reprodução e sociedade humana/natureza não humana. Não se pode simplesmente liquidar

² Karl Marx, “On the Jewish Question” [1843], em Karl Marx e Friedrich Engels, *Collected Works*, v. III (Londres, Lawrence & Wishart, 2010), p. 146-74 [ed. bras.: *Sobre a questão judaica*, trad. Nélcio Schneider, São Paulo, Boitempo, 2010].

³ Diane Elson, “Market Socialism or Socialization of the Market?”, *New Left Review*, v. 172, 1988, p. 3-44.

essas divisões. Pelo contrário, elas precisam ser reimaginadas de modo a se desvincularem da dominação, aumentar a autonomia coletiva e tornar as formas de vida que estruturam menos antagônicas umas frente às outras.

LUTAS DE FRONTEIRA E MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

Jaeggi: Vamos alterar nosso foco para a natureza dessas lutas. O que são tais lutas em relação a essas separações e esferas institucionalizadas? Podemos compreender a ideia de luta de fronteira de algumas formas. Uma concepção poderia ser bastante próxima à tese da colonização de Habermas. Temos estas várias esferas institucionalizadas – econômica, política, reprodutiva etc. –, e as lutas de fronteira ocorrem quando uma “invade” a outra, que tenta impedir. Também podemos vislumbrar um tipo mais radical de luta de fronteira. Nessa visão, a luta não seria só uma questão de proteger o mundo da vida da colonização ou, digamos, das esferas política e econômica – já discutimos razões para considerar problemática essa imagem. Ao contrário, ela seria mais proativa no que toca ao “formato” dessas esferas, onde desenhar ou redesenhar as linhas entre elas ou até se deve haver uma linha. Como notamos, a ordem feudal não tinha o mesmo tipo de separação entre economia e política, Estado e sociedade. É uma característica específica da sociedade capitalista burguesa que a economia seja vista como algo distinto e é contra o plano de fundo desse desenho inicial das fronteiras que certas denegações são ideologicamente estabelecidas para fazer com que a economia de mercado apareça como se fosse inteiramente independente.

Então, de qual forma se trata? As lutas de fronteira têm a ver com lutas contra invasões de fronteiras que, de outro modo, seriam claras ou é uma luta a respeito de se seria razoável desenhar a linha de maneira diferente, repolitizar a economia ou trazê-la de volta a um modo mais rico de vida social?

Fraser: Todas as alternativas. Lutas de fronteira aparecem em várias modalidades, incluindo essas que você apresentou. Elas podem ser *defensivas*, visando a repelir uma invasão, uma incursão ou um deslizamento através de uma fronteira, que é experienciado como problemático. Lutas defensivas surgem nos casos em que as pessoas estão mais ou menos satisfeitas com um arranjo existente ou passado que está sendo erodido e se encontram “muito encurraladas”. Elas querem restabelecer a fronteira onde ela estava antes. Todavia, isso não esgota o conceito. Também há lutas de fronteira *ofensivas*. O projeto neoliberal visava precisamente a estender o domínio das questões sujeitas à lógica econômica das relações de mercado, e alguns movimentos antissistêmicos responderam ofensivamente, não apenas tentando defender a antiga fronteira, mas tentando empurrá-la um pouco mais na outra direção, de modo a trazer assuntos tratados antes como “econômicos” para o domínio do “político”.

Poderíamos distinguir as lutas de fronteira também em outros termos. Por exemplo, eu distinguiria lutas de fronteira *afirmativas* de *transformadoras*. Introduzi essa distinção primeiro em outro contexto⁴, mas penso que seria útil aqui. Por luta afirmativa, refiro-me a uma luta cujos defensores supõem que dada fronteira institucional deva existir mais ou menos em sua forma presente, embora insistam que ela está situada no lugar errado. Eles querem apenas alterar sua localização. Em contraposição, aqueles engajados na luta transformadora sustentam que o problema não é só a localização da fronteira, mas sua própria existência, seu caráter ou o processo no qual foi desenhada e por quem. Eles querem alterar a estrutura profunda do arranjo, quando não abolir a fronteira como um todo.

Eu deveria acrescentar que a distinção entre afirmativa/transformadora é mais complicada do que parece à primeira vista, em função da possibilidade de “reformas não reformistas”. Essa foi a expressão de Andre Gorz para lutas que são afirmativas com base em qualquer critério rigoroso, mas dão origem a efeitos transformadores, pois alteram as relações de poder, abrindo caminho para outras lutas que, com o tempo, se tornam cada vez mais radicais⁵. Lutas em torno da fronteira entre economia/política são particularmente suscetíveis a essa dinâmica. Reformas que, no início, pareciam modestas e visavam a conseguir mais espaço para políticas democráticas podem colocar em ação uma lógica democratizante que ganha velocidade na medida em que seguem, levando por vezes a uma transformação importante da ordem estrutural-institucional do capitalismo.

Eu deveria, ainda, mencionar lutas para averiguar se determinada fronteira deve ser “dura” ou “mole”, impenetrável ou porosa, assim como “metalutas” em torno dos processos por meio dos quais essas fronteiras devem ser desenhadas. Todas essas questões poderiam facilmente convidar a respostas transformadoras, porém o ponto é que as lutas de fronteira vêm numa variedade de formas. Tudo o que mencionei aqui (e mais) conta como um caso de luta de fronteira.

Jaeggi: Então, essa parece ser uma distinção acerca da radicalidade das lutas em questão, que está ao mesmo tempo vinculada a sua avaliação normativa. É justo dizer que, por vezes, marxistas foram longe demais ao tentar rotular quais movimentos estavam “do lado certo da história” e acompanhando o ritmo do desenvolvimento

⁴ Nancy Fraser, “From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a ‘Postsocialist’ Age”, *New Left Review*, v. 212, jul.-ago. 1995, p. 68-93; e *Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World* (Nova York, Columbia University Press, 2009), p. 22-3.

⁵ André Gorz, *Strategy for Labor: A Radical Proposal* (trad. Martin A. Nicolaus e Victoria Ortiz, Boston, Beacon Press, 1967). Ver também a adaptação de Fraser da ideia de Gorz em Nancy Fraser, “Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation”, em Nancy Fraser e Axel Honneth, *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange* (trad. Joel Golb, James Ingram e Christiane Wilke, Londres, Verso, 2003).

dos meios de produção. Somente esses poderiam ser emancipatórios, e todos os outros seriam considerados regressivos. Nem Marx foi imune a esse tipo de pensamento, mesmo que, mais tarde, tenha chegado a uma imagem diferenciada. Você parece começar, de cara, com uma situação de maior ambivalência. Assim, quanto às fronteiras, você diria que sempre encontraremos lutas que assumem diferentes formas ao mesmo tempo?

Fraser: Na verdade, eu ainda não disse nada sobre como devemos fazer avaliações normativas de lutas de fronteira. Como explicarei adiante, eu não recomendaria que as aprovássemos ou as desaprovássemos, tendo em vista quão radicais são. Aqui, no entanto, defendo outro ponto, o de que as lutas de fronteira são de diferentes tipos: elas podem ser defensivas ou ofensivas, afirmativas ou transformadoras. O mesmo é válido, contudo, para as lutas de classe, que também estão espalhadas por todo o mapa: defensivas, em alguns casos; ofensivas, em outros; afirmativas, em alguns, como quando buscam diminuir as horas de trabalho e aumentar salários; transformadoras, em outros, como quando buscam transformar as relações de propriedade e o processo por meio do qual o mais valor é criado e distribuído. Tanto lutas de fronteira quanto lutas de classe admitem uma variedade de diferentes formas e graus de radicalismo.

Poderíamos desenvolver esse ponto retornando à discussão prévia sobre “liquidacionismo”, pelo que quero dizer os projetos que visam a eliminar uma fronteira como um todo – por exemplo, o esforço soviético para liquidar a divisão entre política/economia. Podemos ver isso como um extremo num espectro. O outro extremo é o “proibicionismo”, no qual os atores sociais visam não apenas a estabelecer uma fronteira, como a torná-la quase impenetrável. Na história dos Estados Unidos, o termo é associado ao Movimento da Temperança, que buscava proibir a venda e o consumo de álcool. E também poderíamos usá-lo para aquelas feministas que buscam proibir a mercantilização do sexo, da reprodução e do trabalho de cuidado, ou para aqueles ambientalistas que se opõem a qualquer compra e venda de terras ou riquezas minerais etc.

Jaeggi: Então, a lição é que os tipos de luta mais transformadores e “destruidores de fronteiras” não são, automaticamente, os mais emancipatórios. Onde você se situaria entre esses extremos do liquidacionismo e do proibicionismo?

Fraser: Correto. Algumas demandas transformadoras são bastante repulsivas. Estados fascistas buscaram instrumentalizar a reprodução de modos que, ao mesmo tempo, transformavam profundamente as fronteiras estabelecidas e eram regressivos. De maneira inversa, algumas demandas afirmativas são normativamente justificadas – por exemplo, a reforma do financiamento de campanha. O que isso

mostra é que avaliações normativas dependem de outras considerações – por exemplo, se as revisões propostas das fronteiras mitigariam a dominação, aumentariam a liberdade e promoveriam o tipo correto de seguridade social.

Você, entretanto, perguntou sobre liquidacionismo. Eu mesma não recomendaria a liquidação completa das fronteiras constitutivas do capitalismo, como já expliquei. Tampouco apoiaria a proibição completa, quase sempre defensiva e essencialista. Em vez disso, eu enfatizaria os processos de elaboração de fronteiras – militando por um novo modo, mais democrático, de desenhar fronteiras – e apoiaria a multiplicação de possibilidades. Isso implica pensar o que pode significar amolecer, endurecer ou realocar fronteiras institucionais e requer sopesar prós e contras de fazer as coisas de um jeito *versus* de outro. Hoje, o capitalismo já faz tudo isso por nós. Essas questões foram tiradas de nossas mãos, e parte do que significa ter hoje um pensamento mais radical ou transformador sobre a crise atual é alçar a questão das fronteiras a um nível mais elevado de consciência e autodeterminação coletiva. Sobre o que exatamente decidimos é uma coisa, mas que isso seja uma questão de autodeterminação coletiva é outra.

O fato é que podemos pensar, de vários modos produtivos, sobre fronteiras e lutas a ser travadas em torno delas. Eu diria que temos muito a aprender com geógrafos sociais e políticos que trabalham com as dinâmicas da “espacialização”, os quais distinguem fronteiras “duras” de “moles”, sublinhando não só aquilo que as fronteiras separam, mas também aquilo que conectam. Teóricos críticos devem assumir esses *insights*.

Tudo isso corrobora meu argumento principal. Como uma ordem social institucionalizada, o capitalismo está ancorado sobre a construção e a transgressão de fronteiras. Disso se segue que qualquer política que busque reformar, rejeitar ou superar o capitalismo tem de priorizar e dar centralidade à questão da fronteira.

Jaeggi: Seu modelo nos dá muitas possibilidades, mas ainda nos deixa com uma imagem um tanto bagunçada. Quero perguntar um pouco mais sobre as questões teórico-sociais e normativas em jogo. Talvez possamos usar a posição habermasiana como contraste. A tese habermasiana da colonização gira em torno de uma luta acerca da fronteira entre mundo da vida e sistema, a qual é enquadrada de tal maneira que, em termos normativos, a fronteira relevante já está no devido lugar. Para Habermas, há um tipo de luta de fronteira defensiva que é normativamente aceitável ou necessária, uma vez que há partes do mundo da vida nas quais o sistema não deve interferir. Em contraposição, lutas ofensivas que visam à eliminação da diferenciação funcional da sociedade moderna seriam pré-modernas, regressivas, podendo até recair no fascismo. Segundo ele, precisamos tanto do mundo da vida quanto do sistema e, portanto, da fronteira, a fim manter cada um deles em seu devido lugar.

Mencionei antes as muitas razões pelas quais considero essa concepção problemática. Ao mesmo tempo, o quadro de Habermas é capaz pelo menos de nos fornecer um modo claro de distinguir as lutas de fronteira regressivas das emancipatórias. É essa característica que dá à tese de Habermas certo impacto normativo, o qual ainda não enxergo em sua concepção das lutas de fronteira. Como poderíamos derivar, de sua concepção, um critério comparável? É isso que quero dizer quando afirmo que você nos deixa com uma imagem um tanto bagunçada. Concordamos que não queremos depender de uma visão essencialista dessas esferas e fronteiras. Como, entretanto, determinar quais tipos de questionamentos radicais de fronteiras são emancipatórios e quais não são? Você parece insinuar que não há distinção clara. Mesmo lutas que visam a redesenhar a linha entre certas esferas podem ser legítimas de um ponto de vista emancipatório – isto é, não *têm* de ser pré-modernas num sentido “ruim” ou regressivo. Então, como decidimos quais são os momentos regressivos e os emancipatórios? Como distinguimos lutas e movimentos sociais “progressistas” e “regressivos” sem algum critério normativo?

Fraser: Concordo com as premissas por trás de sua questão. Concordo, primeiro, que Habermas estabelece uma fronteira normativa predeterminada e *a priori*, que não pode ser violada em nenhuma das direções – do lado do sistema, como quando forças administrativas ou do mercado começam a colonizar o mundo da vida; do lado do mundo da vida, como quando socialistas radicais ou anarquistas buscam “desdiferenciar” essas instituições e, portanto, “regredir” e abrir mão das “conquistas da modernidade”. De qualquer um dos dois modos, um imperativo fundamental, ancorado na própria natureza das coisas, é violado. Assim como você, rejeito essa abordagem. Em segundo lugar, concordo com a conclusão que você extrai desse ponto. Uma vez que rejeitamos a solução habermasiana, temos de encontrar uma base alternativa para avaliar o potencial emancipatório dos vários movimentos, programas políticos e ideias. Até aqui, ótimo, exceto que falta força crítica à nossa teoria crítica. Então, concordo: critérios avaliativos são essenciais.

Na verdade, a visão do capitalismo que ofereci aqui oferece três critérios normativos para distinguir as demandas emancipatórias das não emancipatórias no que tange às fronteiras do capitalismo. Como expliquei, o primeiro critério é a *não dominação*. As separações institucionais do capitalismo implicam relações profundas de dominação em torno de linhas de gênero, raça/etnia e classe. Nenhuma proposta para revisar essas fronteiras institucionais é normativamente aceitável se reforçar ou exacerbar tal dominação. O princípio da não dominação exclui as alternativas que institucionalizam a subordinação de determinado grupo ou de grupos de atores sociais.

O segundo critério é o da *sustentabilidade funcional*, isto é, que qualquer proposta tem de ser sustentável, tem de poder ser institucionalizada numa ordem social

capaz de se estabilizar com o tempo. Ela não pode ser estabelecida de modo a gerar constante tumulto nem se ancorar em dinâmicas que a levem a desestabilizar as próprias precondições de existência. Não estamos exigindo (ou querendo) estabilidade perfeita e rígida, é claro. Precisamos, porém, de sustentabilidade.

O terceiro critério é a *democracia*. Qualquer proposta aceitável precisa ser institucionalizada de maneira que os participantes permaneçam capazes de refletir sobre ela, questioná-la, decidir se funcionou ou não para eles e, se necessário, modificá-la.

Minha concepção é a de que os três critérios devem ser utilizados em conjunto, como um kit de ferramentas. Para ser aceitável, a transformação estrutural proposta tem de satisfazer aos três. Suspeito que, se os aplicássemos desse modo, descobriríamos que alguns projetos que se apresentam hoje como emancipatórios, na verdade, não passam pelo teste.

Jaeggi: Trata-se, com toda a certeza, de um kit de ferramentas útil, e gosto da mistura de exigências deontológicas, funcionais e quase éticas. Ainda assim, estou preocupada com o caráter um tanto “externo” e independente dele; estou convencida de que pode haver uma abordagem mais imanente, que envolva olhar diretamente para as dinâmicas dessas lutas. Talvez sejamos capazes, então, de avaliar o potencial emancipatório desses movimentos em função de sua dinâmica regressiva ou não regressiva. O quadro de uma análise da crise deve nos oferecer alguma dica aqui. Lutas de fronteira não surgem do nada; são motivadas por problemas e crises que fazem com que práticas e instituições “não mais funcionem”, pois erodiram os recursos necessários para se manterem ou esbarraram em problemas e contradições que não conseguem resolver. Como discutimos no Capítulo 3, podemos distinguir entre modos adequados e inadequados de lidar com uma crise em termos de processos de aprendizagem ou da ausência de bloqueios de aprendizagem.

Fraser: Bom, continuo ansiosa para ver como você desenvolve suas intuições sobre processos e bloqueios de aprendizagem, mas não vejo nada de independente ou de externo em minha proposta, que deriva, *sim*, do quadro de uma análise da crise. Os elementos de meu “kit de ferramentas” vêm diretamente da concepção que ofereci das tendências de crise do capitalismo nos capítulos 1 e 2. O que eu disse lá foi que lutas de fronteira respondem a tendências de crise do tipo polanyiano, inerentes às sociedades capitalistas. Isto é, respondem à tendência inscrita na economia capitalista de desestabilizar as próprias condições de possibilidade “não econômicas” de fundo: reprodução social, poder público, naturezas sustentáveis e planeta habitável. Em períodos de crise, o regime de acumulação estabelecido perde a capacidade de amenizar e neutralizar essas contradições. Processos e relações que antes pareciam não problemáticos parecem agora

disfuncionais, injustos e/ou ruins e se tornam sujeitos à contestação. Partindo dos recursos normativos disponíveis, atores sociais invocam ideais, valores e princípios inscritos na ordem institucional que habitam, sobretudo princípios de liberdade, cidadania igual e bem público associados ao político; ideias de cuidado, ajuda mútua e solidariedade associadas à reprodução social; valores de harmonia, sustentabilidade e proteção associados à socioecologia; normas de racionalidade, equivalência nas trocas e escolha associadas à economia. Esses recursos normativos estão inscritos na própria tessitura da vida social numa sociedade capitalista, motivo pelo qual são acessíveis aos habitantes. E, em períodos de crise, no entanto, as pessoas os utilizam de modo diferente e potencialmente explosivo, não só para pôr em questão ações específicas numa esfera determinada e “adequada”, mas também para contestar relações sociais em outros lugares, na esfera “errada”, ou para problematizar as divisões entre as esferas. Essas demandas têm de ser examinadas, e não somente tomadas por seu valor de face. Os critérios que evoquei para esse propósito – não dominação, estabilidade funcional e democracia – são, eles mesmos, generalizações das normas de primeira ordem que os participantes utilizam, o que significa que também são acessíveis a eles. Longe de serem independentes ou externos, estão numa relação de imanência com a sociedade capitalista, mesmo que também tenham a capacidade de apontar para além dela.

Jaeggi: Não nego que seus critérios sejam perfeitos para desenvolver uma heurística normativa dos movimentos sociais existentes. Uma vez que, como você disse, a imagem é complicada, podemos tentar explicitá-la com base em lutas e movimentos sociais efetivamente existentes. Por que não começamos com o anarquismo, que está em voga entre jovens de esquerda no Norte global?

ANARQUISMO

Fraser: Esse é um bom ponto de partida, com potencial para render algumas ideias importantes. As formas de neoanarquismo que encontro hoje, inclusive em alguns de meus alunos, parecem não preencher todos os três critérios. É o caso do critério funcionalista. Imagine aplicar esse teste a acampamentos do tipo do Occupy Wall Street, que é uma “reunião constante”, em que tudo é decidido por consenso, sem votos, sem líderes e sem estrutura organizacional. Se essa prática visa a prefigurar uma nova forma de organização social, é difícil ver como ela seria sustentável por muito tempo, dado o fator do esgotamento. A prática também não cumpre o critério de não dominação, pois privilegia aqueles que estão numa posição que os permite investir muito tempo em assembleias – pessoas que não têm emprego, filhos ou outros compromissos exigentes – ao mesmo tempo que não fornece um modo de proteger os interesses daqueles que têm

esses compromissos e não podem participar continuamente. Isso, claro, também entra em conflito com o critério democrático, mas talvez o que eu esteja dizendo aqui não seja de todo justo. Talvez devêssemos distinguir o anarquismo como um programa de reestruturação da organização social do anarquismo como um modo transicional de organização.

Jaeggi: Sim, deveríamos considerar o anarquismo sob esses dois ângulos. E não deveríamos ser tão duras com o movimento Occupy, que teve de organizar todo o necessário para garantir uma permanência longa no Zuccotti Park. Além disso, algumas das questões que você levantou não são específicas do anarquismo, e sim problemas de movimentos sociais em geral. É complicado organizar movimentos de base, em especial frente à pressão externa. A sociedade atual está pouco disposta a deixar tempo livre para que as pessoas se mobilizem e se organizem. Qualquer movimento envolve indivíduos que se encontram sob vários tipos de coação. Eu diria que há diversos experimentos anarquistas hoje tentando encontrar soluções diferentes para o problema da dominação, com esforços para criar formas de evitar certas estruturas de gênero e vários tipos de hierarquia, assim como há esforços para pensar meios alternativos de representação para além dos tradicionais, “burgueses”. Há também tentativas de lidar com o envolvimento de pessoas que não possuem o mesmo tempo livre de estudantes, que costumam ser os mais ativos nesses projetos.

Fraser: Você pode estar certa quando diz que subestimo o nível de consciência sobre esses problemas e a ponderação com a qual foram por vezes tratados na tradição anarquista. Ao mesmo tempo, ainda tenho críticas ao anarquismo tanto como forma de organização quanto como programa. No primeiro caso, a estratégia anarquista tende a ter mais a ver com evadir, contornar ou trabalhar em torno do poder do que com confrontá-lo, e não acredito que possa haver qualquer mudança estrutural que não confronte, de fato, o poder. Confrontar o poder requer um contrapoder, que, por sua vez, requer organização. Como assumir a luta com as empresas multinacionais, os poderes hegemônicos militaristas ou a OMC insistindo em espontaneidade ao custo da organização? É como se tivéssemos tido a ideia de que, uma vez que desaprovamos o modelo leninista de organização partidária, devemos nos livrar de toda organização. Isso é completamente *non sequitur*. Não pretendo defender uma solução organizacional particular aqui, mas insisto que há uma distância grande entre a organização vanguardista e nenhuma organização. Movimentos efetivamente comprometidos com a transformação social têm de explorar esse território intermediário.

Jaeggi: Mais uma vez, não é que essa preocupação esteja ausente dessas discussões. Muito trabalho foi dedicado ao problema das questões singulares e de como os movimentos podem se vincular ou se reconectar para lidar com o quadro mais

amplo. Algumas dessas discussões recebem até o rótulo “lidando com a questão da organização novamente” e inventam novas formas organizativas que refletem criticamente sobre os fracassos dos tipos antigos de organização de vanguarda e seu autoritarismo, enquanto procuram elaborar modos de organizar efetivamente a resistência ao poder.

Fraser: Justo, mas não vamos exagerar nos frutos dessas discussões que, até onde sei, não geraram respostas viáveis. Um sintoma é o apelo constante ao termo “coalizão” nos círculos de movimentos sociais contemporâneos. Esse termo está por toda parte. Verdade seja dita, entretanto: ele serve mais como substituto para uma estratégia organizacional do que como estratégia real. Seu uso raramente está vinculado a uma reflexão séria sobre a base programática de determinada coalizão ou sobre as formas específicas de coordenação que sua prática requer. Qual é a relação entre uma coalizão e um partido político ou um sindicato? Os movimentos sociais “em coalizão” podem substituir ou contornar a necessidade de sindicatos ou partidos? Há bem pouca discussão real acerca dessas questões.

A ênfase constante em “movimentos” como opostos a partidos ou organizações é, ela mesma, uma pista de que algo deu errado no *front* organizacional. Afinal, vivemos uma era na qual movimentos sociais irrompem de maneiras espetaculares, ocupam o espaço público, capturam a atenção pública e, então, desaparecem de repente, sem deixar vestígio. O Podemos, na Espanha, é uma exceção, quando tenta converter o movimento Indignados num partido político real. Não os estou idealizando, mas se trata de um esforço interessante. Digo isso no contexto de outro sintoma: a difundida “onguização” da política. Nas décadas recentes, a ONG se tornou uma substituta para o partido ou a organização. Isso é problemático por muitas razões já observadas, primeiro e sobretudo, por Sonia Alvarez⁶.

Outra ideia é um “movimento dos movimentos”. Essa foi a autocompreensão do Fórum Social Mundial (FSM), que foi um esforço impressionante para criar um espaço público para a comunicação entre um vasto conjunto de lutas distintas contra o neoliberalismo por todo o globo. Por mais impressionante que tenha sido – ou talvez ainda seja –, o FSM continuou bastante dividido a respeito do que exatamente significava ser um “movimento dos movimentos”. O FSM deveria ser um guarda-chuva? Alguém deveria poder falar em seu nome? Deveria adotar uma visão programática de “outro mundo”? Deveria desenvolver uma visão estratégica sobre como os movimentos que o constituem podem coordenar suas lutas? Ou deveria apenas relaxar e esperar que tudo surgisse espontaneamente? Essas são questões-chave de organização. É uma pena dizer que a influência do neoanarquismo –

⁶ Sonia E. Alvarez, “Advocating Feminism: The Latin American Feminist NGO ‘Boom’”, *International Feminist Journal of Politics*, v. 1, n. 2, 1999, p. 181-95.

incluindo aqui muitos que não aceitariam esse rótulo – dificultou nossos esforços para respondê-las.

Jaeggi: Podemos dar bastante crédito a esses experimentos por tentarem resolver tais problemas organizacionais, que, afinal, não têm como ser resolvidos da poltrona, mas apenas na prática, por meio de tentativa e erro. Mesmo assim, ainda podemos dizer que algumas versões do anarquismo são falhas enquanto programa político e teórico. Como um projeto para remodelar as instituições básicas da sociedade, o programa anarquista pode ainda ser acusado de ingenuidade por não levar suficientemente em conta a coordenação das necessidades da sociedade moderna industrializada. Por exemplo, há um tipo de comunitarismo de pequena escala, que voltou a estar em voga. No entanto, se não queremos virar as costas para o modo de produção e o nível de desenvolvimento que alcançamos, esse tipo de estratégia não é uma opção. Além disso, a ideia de gerar mudança por meio de uma política “pré-figurativa” e localizada se relaciona com aquela crítica marxista da velha-guarda de que o coletivismo anarquista se torna uma forma “pequeno-burguesa” de prática, pois, a despeito de quão não hierárquica for sua organização interna, cada coletivo ainda será uma empresa competindo com outras no (livre) mercado. No fim, essas coletividades acabam substituindo indivíduos e firmas como os principais atores naquilo que, de outro modo, é apenas o mesmo sistema de mercado – isto é, a menos que se possa instituir alguma estrutura abrangente adicional que regule as relações entre os atores.

Fraser: Concordo. Para mim, é inconcebível uma sociedade desejável, capitalista ou pós-capitalista, que não conceda um papel importante ao planejamento. *Contra* o comunismo ortodoxo, o planejamento pode e deve ser democrático. Ele não requer uma *nomenklatura* ou o governo de uma classe de técnicos “especialistas”. Mas como poderíamos lidar com uma questão como a mudança climática sem algum tipo de planejamento de grande escala? Um bloqueio sistêmico dessa escala não pode ser enfrentado por pequenos coletivos. *Contra* o anarquismo, a crise ecológica não decorre de um excesso de organização, e sim de muito pouca organização. De fato, algumas questões são mais bem abordadas de forma local, porém outras requerem planejamento global de larga escala e até estruturas globais de governança. Não sei se Marx e Engels falavam sério a respeito de o Estado “ir desaparecendo”, mas não vejo como isso é possível se definirmos “Estado” como as instituições democraticamente responsáveis que empregam o poder público para coordenar a interação social e inibir efeitos perversos e não intencionais.

Além disso, ter governança de larga escala não significa que não podemos ter também movimentos na direção de formas mais localizadas de produção e de gerenciamento coletivo. Sou a favor do locavorismo em termos de alimentação, porém eu insistiria que só com o tipo certo de governança e organização globais

de larga escala operando podemos criar as condições em que a devolução para o local é possível. A social-democracia nacional foi possível, afinal, somente graças ao quadro internacional de Bretton Woods. Precisáramos de um análogo disso para fazer com que o locavorismo fosse possível de maneira coerente, sustentável, democrática e justa. Sem isso, não há como evitar a dominação – por exemplo, quando pessoas com acesso a um solo bom têm muito para comer, ao passo que aquelas no deserto ficam sem alimento.

MOVIMENTOS PELO DECRESCIMENTO

Jaeggi: Uma coisa que extraí de nossas discussões prévias é a ideia de que, se fôssemos definir o tipo de socialismo a endossar, uma fórmula muito boa seria o controle democrático sobre o excedente social. Isso estabelece uma relação interna profunda entre economia e democracia, que não significa só controle democrático do tigre capitalista ou domesticação democrática do tigre; pelo contrário, a questão está na verdade “dentro” do próprio tigre. Em outras palavras, se estamos envolvidos em decisões sobre aquilo que produzimos, como produzimos e onde investimos o excedente social, não estamos mais apenas regulando a economia de fora, mas a transformando de dentro. Essa é uma transformação radical daquilo que o capitalismo é, e estou bastante feliz com tal formulação.

Também supponho que você ainda seria favorável a uma forma de sociedade industrial. O movimento pelo “decrecimento” obteve um *momentum* e pode ser visto como um modelo de luta de fronteira, que coloca a preocupação ecológica, e também a vida pessoal, antes dos imperativos do mercado e da competição, de maneira mais geral. Não são todos, porém alguns desses ativistas parecem favorecer uma noção de desindustrialização. Você, no entanto, parece tomar a sociedade industrial como uma questão de fato, ou seja, é o que alcançamos, é com isso que somos confrontados, e não haverá socialismo que não seja uma transformação *de dentro* da sociedade industrial. Você também mencionou que mesmo a produção local e a distribuição só funcionam se tivermos um quadro abrangente. Então, eu gostaria de saber o que você pensa sobre a ideia de decrecimento, pois essa é uma das principais discussões na esquerda anticapitalista hoje em dia.

Fraser: Como você sabe, passei o semestre de outono de 2016 no centro de pesquisa sobre “sociedades pós-crescimento”, em Jena, na Alemanha. Como o nome sugere, eles rejeitam o termo “decrecimento” em favor de “pós-crescimento”. Essa distinção é importante. A primeira coisa que aprendi quando cheguei lá foi que “pós-crescimento” não significa que a sociedade não deva crescer, menos ainda que deva encolher. A ideia, pelo contrário, é que a sociedade não deve ser construída sobre um imperativo necessário de crescimento, que opera como uma